

**HABEAS CORPUS Nº 516.696 - MG (2019/0177973-4)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : MARCELO BARBOSA ABREU  
**ADVOGADO** : MARCELO BARBOSA ABREU - MG104246  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : TAINAN JOSE DE OLIVEIRA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, EM QUE FOI SUBSTITUÍDA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. PERDA DO INTERESSE JURÍDICO. *WRIT* PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de TAINAN JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.018307-9/000.

Depreende-se dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito, no dia 08/02/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, pois surpreendido, com outra pessoa, na posse de 6 tabletes de maconha (156,55g), 106 invólucros plásticos com a mesma substância (389,32g) e uma planta de maconha.

A conversão em prisão preventiva ocorreu no dia 18/02/2019.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (fl. 53):

"HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – RELAXAMENTO DA PRISÃO – ALEGADA ILICITUDE DA PROVA – SUPOSTA ILEGALIDADE DA PRISÃO POR AUSÊNCIA DE ESTADO DE FLAGRÂNCIA OU ORDEM JUDICIAL DE BUSCA E APREENSÃO – INOCORRÊNCIA – DEMORA NA COMUNICAÇÃO DO FLAGRANTE – MERA IRREGULARIDADE – REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA – SUBSTITUIÇÃO POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES – INVIABILIDADE – PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES NOS AUTOS – NECESSIDADE DE SE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E A PAZ SOCIAL – PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES, TRABALHO

*LICITO E RESIDÊNCIA FIXA – CONDIÇÕES QUE NÃO DEVEM PREVALECER SOBRE A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA – OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE – ARGUMENTOS IMPROCEDENTES. I. A situação de flagrância excepciona a regra de inviolabilidade do domicílio, tal como previsto no art. 5º, XI, da CF. O tráfico de drogas é um crime permanente que, portanto, se enquadra na hipótese do art. 302, I, do CPP, dispensando, assim, a apresentação de mandado judicial para uma eventual ação policial interventiva. II. A comunicação tardia do flagrante não enseja em nulidade uma vez que se trata apenas de irregularidade. III. Lavrado o APF em consonância com o disposto nos art. 301 e seguintes do CPP, não há que se falar em irregularidade. IV. Não é possível, na via estrita do habeas corpus, o confronto das provas para se aferir a inocência do paciente, posto tratar-se de matéria de mérito que deve ser enfrentada na sentença, após regular instrução do processo. V. Demonstrada a necessidade da prisão preventiva, verifica-se que as medidas cautelares não se mostram suficientes para garantir a efetividade do processo. VI. Sendo o tráfico de drogas, hodiernamente, o crime de maior preocupação das políticas de segurança pública, existindo nos autos fortes indícios de autoria e estando comprovada a materialidade delitiva, a prisão preventiva, medida de exceção, se faz necessária para garantia da ordem e da saúde pública, mormente diante das circunstâncias em que se deram a prisão do paciente. VII. Os atributos pessoais do paciente não podem prevalecer sobre a garantia da ordem pública, mormente em delito de tráfico, ensejador da prática de tantos outros crimes e responsável por tamanha repercussão negativa no seio da sociedade. VIII. O princípio constitucional da presunção de inocência não influi na análise da necessidade da manutenção da prisão cautelar, apenas impede a antecipação dos efeitos da sentença. IX. É inviável a análise de questões de mérito como a avaliação das circunstâncias judiciais e a aplicação de regime de cumprimento da pena em sede da via estrita do habeas corpus, por demandar valoração probatória."*

Nas razões do writ, sustenta o Impetrante, preliminarmente, que, não obstante o disposto no art. 306, § 1.º, do Código de Processo Penal, a prisão em flagrante foi comunicada ao Juízo três dias após a prisão "e a decisão somente foi prolatada em 18/02/2019. Outrossim, tendo em vista a intempestividade da decisão, o flagrante é nulo" (fl. 5). Aduz, também, a ilicitude das provas obtidas em desfavor do Paciente, pois, "em momento algum, foi autorizada a entrada dos policiais na residência do Acusado, bem como não existiu fato em sua residência que pudesse caracterizar o estado de

# Superior Tribunal de Justiça

*flagrância ao ponto de justificar a entrada de policiais em sua residência" (ibidem).* Argumenta que as drogas encontradas no barraco abandonado foram assumidas pelo outro Investigado, "*que inclusive disse que residia no local*" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao Paciente, cumulada ou não com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 64-68).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *habeas corpus* (fls. 168-170).

É o relatório.

Decido.

De acordo com as informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau, o Paciente, em 10/09/2019, foi condenado como incurso no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006 à pena de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, mais 160 (cento e sessenta) dias-multa, sendo a pena privativa de liberdade sido substituída por duas restritivas de direitos. Noticiou, ainda, que a sentença condenatória transitou em julgado em relação ao Paciente e, em consequência, foi expedida a guia de execução definitiva.

Tal circunstância evidencia a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora